



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SYLVIO TERRA

NÍVEL SUPERIOR - VERSÃO A

PAPILOSCOPISTA POLICIAL DE 3ª CLASSE - 2014

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

I. Antes de iniciar a prova, transcreva a frase abaixo para o quadro "Exame Grafotécnico" do Cartão de Resposta conforme o seguinte exemplo:

EXAME GRAFOTÉCNICO

**Pelos céus deste Estado formoso / Teu estandarte tremula altaneiro**

NÃO  
ULTRAPASSE

II. Nesta prova, você encontrará 13 (treze) páginas numeradas sequencialmente, contendo 100 (cem) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (30 questões), Conhecimentos Básicos de Informática (20 questões) e Conhecimentos Específicos (50 questões).

III. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.

IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.

V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.

VI. Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.

VII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 2 (duas) horas após seu início.

VIII. O candidato somente poderá levar seu Caderno de Questões após transcorridas 4 (quatro) horas do início das provas.

IX. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.

X. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.

XI. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.

XII. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.

XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

**Boa Prova!**



INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

DESTAQUE AQUI



**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**



INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
<input type="checkbox"/>																								
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
<input type="checkbox"/>																								

# RASCUNHO

Texto I

Notícia de Jornal

(Fernando Sabino)

Leio no jornal a notícia de que um homem morreu de fome. Um homem de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome.

Morreu de fome. Depois de insistentes pedidos e comentários, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar auxílio ao homem, que acabou morrendo de fome.

Um homem que morreu de fome. O comissário de plantão (um homem) afirmou que o caso (morrer de fome) era da alçada da Delegacia de Mendicância, especialista em homens que morrem de fome. E o homem morreu de fome.

O corpo do homem que morreu de fome foi recolhido ao Instituto Anatômico sem ser identificado. Nada se sabe dele, senão que morreu de fome.

Um homem morre de fome em plena rua, entre centenas de passantes. Um homem caído na rua. Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa - não é um homem. E os outros homens cumprem seu destino de passantes, que é o de passar. Durante setenta e duas horas todos passam, ao lado do homem que morre de fome, com um olhar de nojo, desdém, inquietação e até mesmo piedade, ou sem olhar nenhum. Passam, e o homem continua morrendo de fome, sozinho, isolado, perdido entre os homens, sem socorro e sem perdão.

Não é da alçada do comissário, nem do hospital, nem da radiopatrulha, por que haveria de ser da minha alçada? Que é que eu tenho com isso? Deixa o homem morrer de fome.

E o homem morre de fome. De trinta anos presumíveis. Pobremente vestido. Morreu de fome, diz o jornal. Louve-se a insistência dos comerciantes, que jamais morrerão de fome, pedindo providências às autoridades. As autoridades nada mais puderam fazer senão remover o corpo do homem. Deviam deixar que apodrecesse, para escarmento dos outros homens. Nada mais puderam fazer senão esperar que morresse de fome.

E ontem, depois de setenta e duas horas de inanição, tombado em plena rua, no centro mais movimentado da cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, um homem morreu de fome.

(Disponível em [http://www.fotolog.com.br/spokesman\\_/70276847/](http://www.fotolog.com.br/spokesman_/70276847/): Acesso em 10/09/14)

1) A partir da leitura da crônica de Fernando Sabino, é possível afirmar que:

- Sabino inspira-se em uma notícia de jornal, mas o narrador faz de seu texto um espaço de críticas e reflexões acerca do fato narrado.
- a relação entre a crônica e a notícia limita-se ao título já que, ao longo do texto, Sabino desvia do assunto inicial, expandindo-o.
- o narrador preocupa-se em mostrar as reações causadas pelo homem que morria de fome, evidenciando a solidariedade de todos.
- o fato do homem que morre de fome não ter sido nomeado limita a reflexão já que, dessa forma, podemos vinculá-lo a um caso isolado.
- o narrador da crônica, tal qual em uma notícia de jornal, não se envolve com os fatos narrados, adotando uma postura imparcial.

2) Observe o fragmento a seguir:

*“Um homem de cor branca, 30 anos presumíveis, pobremente vestido, morreu de fome, sem socorros, em pleno centro da cidade, permanecendo deitado na calçada durante 72 horas, para finalmente morrer de fome.” (1º§)*

Os termos em destaque têm a correta classificação sintática em:

- Adjunto adnominal, adjunto adverbial, adjunto adverbial;
- Adjunto adverbial, adjunto adverbial, adjunto adverbial;
- Objeto indireto, adjunto adverbial, adjunto adnominal;
- Objeto indireto, adjunto adverbial, adjunto adverbial;
- Adjunto adverbial, objeto indireto, complemento nominal.

3) Em um texto narrativo, as falas dos personagens podem figurar em destaque, marcadas por uma pontuação adequada, ou ser parafraseadas pelo narrador. Há também casos nos quais não é possível delimitar as falas de narrador e personagem. Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação do tipo de discurso utilizado no trecho a seguir:

*“Um homem morre de fome em plena rua, entre centenas de passantes. Um homem caído na rua. Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa - não é um homem.” (5º§)*

- Discurso direto livre
- Discurso direto
- Discurso indireto livre
- Discurso indireto
- Discurso direto e indireto

4) Ao longo do texto, com o objetivo de ratificar sua indignação diante do descaso pelo qual passou o homem que morreu de fome, o narrador usa, de forma recorrente, a seguinte estratégia discursiva:

- Repetição
- Discurso indireto livre
- Intertextualidade
- Conotação
- Denotação

5) Assinale a alternativa que apresenta a correta classificação morfossintática do termo em destaque no excerto a seguir:

*“Depois de insistentes pedidos e comentários, uma ambulância do Pronto Socorro e uma radiopatrulha foram ao local, mas regressaram sem prestar auxílio ao homem, que acabou morrendo de fome.” (2º §)*

- Sujeito e conjunção integrante
- Objeto direto e pronome indefinido
- Sujeito e pronome relativo
- Complemento nominal e conjunção subordinativa
- Objeto direto e pronome relativo

6) No fragmento “Não é da alçada do comissário, nem do hospital, nem da radiopatrulha, (...)” (6º §), o termo em destaque poderia ser substituído, mantendo a equivalência de sentido, por todas as palavras abaixo, com EXCEÇÃO de:

- Foro
- Jurisdição
- Domínio
- Atribuição
- Representação

7) Assinale a alternativa que melhor explica a função do travessão no fragmento transcrito a seguir:

“Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa - não é um homem.” (5º §)

- a) Separar a opinião do jornal da opinião do narrador, contrastando-as;
- b) Destacar a opinião do jornal, confirmando o vínculo com as notícias;
- c) Evidenciar uma postura crítica dividindo-a em duas partes: as críticas feitas sobre o homem e a negação de sua humanidade em função delas.
- d) Mostrar a opinião do narrador, que se influenciou pelo julgamento desumano dos passantes.
- e) Ratificar a opinião pública, na qual se incluem sociedade e autoridades, e com a qual o autor comunga.

8) Em “Deviam deixar que apodrecesse, para escarmento dos outros homens.” (7º§), pode-se reconhecer a seguinte figura de linguagem:

- a) Metonímia
- b) Paradoxo
- c) Antítese
- d) Ironia
- e) Eufemismo

9) No primeiro parágrafo da crônica, há uma espécie de resumo do fato narrado, que depois, ao longo dos demais, será ampliado, com a revelação de circunstâncias mais específicas sobre a morte do homem. Sendo assim, em linhas gerais, podemos inferir que, entre o primeiro parágrafo do texto e os demais, há uma relação que poderia ser sintetizada como:

- a) Hipótese – Confirmação
- b) Fato – Causa
- c) Condição – Fato
- d) Síntese – Conclusão
- e) Consequência – Conclusão

10) Sobre o fragmento a seguir, considerando as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

“O comissário de plantão (um homem) afirmou que o caso (morrer de fome) era da alçada da Delegacia de Mendicância, especialista em homens que morrem de fome” (3º §)

- I. Os comentários entre parênteses simbolizam o pensamento do comissário, que também ficou consternado com a morte do homem.
  - II. Nas duas ocorrências, o “que” não serve, exatamente, aos mesmos propósitos sintáticos.
  - III. A vírgula poderia ser suprimida, não havendo infração a nenhuma regra nem qualquer alteração de sentido.
  - IV. Essa passagem ilustra um caso de discurso direto, caracterizado pela presença de verbo *dicendi* ou de elocução e da conjunção integrante.
- a) Somente a afirmativa IV está correta.
  - b) As afirmativas I, II e III estão corretas.
  - c) Todas as afirmativas estão corretas.
  - d) Somente a afirmativa II está correta.
  - e) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

Texto II

O Bicho

(Manuel Bandeira)

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

(Disponível em: <http://www.casadobruco.com.br/ poesia/m/bicho.htm>, acesso em 10/09/2014)

11) Sobre a progressão temática do poema de Manuel Bandeira, **NÃO** se pode afirmar que:

- a) Busca despertar expectativa no leitor, que se surpreende ao final do texto com a constatação da animalização do homem.
- b) Ao informar a localização do bicho logo no início do poema, cria uma ambientação apartada do que se entende como universo humano.
- c) Utiliza negativas para marcar a diferença entre humanos e animais no que diz respeito à alimentação.
- d) Aumenta o efeito de suspense quando, ao invés de dizer quem era o bicho, opta por dizer quem ele não era.
- e) Apresenta, em todas as estrofes, pistas claras de que se trata de um ser humano, sobretudo nas duas primeiras, o que se comprova pelas formas verbais “catando” e “achava”.

12) Releia a terceira estrofe do poema de Bandeira:

“O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.”

O correto comentário sobre a classificação do sujeito das formas verbais em destaque está expresso em:

- a) Sujeito desinencial, com referente textual claramente expresso no poema.
- b) Sujeito simples, representado pela palavra “não”.
- c) Oração sem sujeito, já que o verbo “ser” é impessoal.
- d) Sujeito indeterminado, caracterizado pela utilização do infinitivo flexionado.
- e) Sujeito oracional, representado pelo primeiro verso da estrofe em destaque.

13) Confrontando o primeiro verso do poema e seu título, nota-se que houve uma mudança do artigo que acompanha a palavra “bicho”. Isso se explica porque:

- a) o artigo definido do título justifica-se pela tentativa de evitar uma repetição desnecessária já que, no primeiro verso, ele se refere ao bicho novamente.
- b) o artigo indefinido do primeiro verso indica que o eu-lírico pretende criar um efeito de nostalgia em torno do bicho em questão.
- c) a mudança de artigo, do definido para o indefinido, reforça o efeito de surpresa causado no leitor pelo eu-lírico que, embora saiba de que bicho se trata desde o título, opta por não revelá-lo de imediato.
- d) trata-se de um recurso gramatical que, embora não acarrete alterações semânticas, produz substanciais transformações sintáticas na estrutura do poema.
- e) o eu-lírico pretendia chamar atenção para a importância do tema central do poema, por isso recorreu às alterações morfossintáticas.

14) Tanto na crônica (Texto I) quanto no poema (Texto II) os enunciadores não se limitam a apresentar o fato; eles também buscam causar comoção em seus leitores. A função de linguagem que melhor retrata esse objetivo e os trechos que podem representar esse aspecto são, respectivamente:

- Função metalinguística; “Morreu de Fome” (texto I) e “Meu Deus” (texto II).
- Função fática; “Leio no jornal” (texto I) e “Vi ontem um bicho” (texto II).
- Função poética; “Leio no jornal” (texto I) e “Vi ontem um bicho” (texto II).
- Função conativa; “Morreu de Fome” (texto I) e “Meu Deus” (texto II).
- Função referencial; “Um homem de cor branca” (texto I); Na imundície do pátio” (texto II)

15) A respeito do emprego do pretérito imperfeito, na segunda estrofe do texto II, pode afirmar o seguinte:

- Revela uma ação passada relacionada com um fato futuro.
- Indica uma ação que se repetia no passado.
- Aponta para um evento que ocorre no momento da enunciação.
- Sinaliza uma ação pontual realizada uma única vez no passado.
- Representa uma ação que ocorreu no passado e se estende até o presente.

### Texto III

#### Corrida contra o ebola

Já faz seis meses que o atual surto de ebola na África Ocidental despertou a atenção da comunidade internacional, mas nada sugere que as medidas até agora adotadas para refrear o avanço da doença tenham sido eficazes.

Ao contrário, quase metade das cerca de 4.000 contaminações registradas neste ano ocorreram nas últimas três semanas, e as mais de 2.000 mortes atestam a força da enfermidade. A escalada levou o diretor do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) dos EUA, Tom Frieden, a afirmar que a epidemia está fora de controle.

O vírus encontrou ambiente propício para se propagar. De um lado, as condições sanitárias e econômicas dos países afetados são as piores possíveis. De outro, a Organização Mundial da Saúde foi incapaz de mobilizar com celeridade um contingente expressivo de profissionais para atuar nessas localidades afetadas.

Verdade que uma parcela das debilidades da OMS se explica por problemas financeiros. Só 20% dos recursos da entidade vêm de contribuições compulsórias dos países-membros – o restante é formado por doações voluntárias.

A crise econômica mundial se fez sentir também nessa área, e a organização perdeu quase US\$ 1 bilhão de seu orçamento bianual, hoje de quase US\$ 4 bilhões. Para comparação, o CDC dos EUA contou, somente no ano de 2013, com cerca de US\$ 6 bilhões.

Os cortes obrigaram a OMS a fazer escolhas difíceis. A agência passou a dar mais ênfase à luta contra enfermidades globais crônicas, como doenças coronárias e diabetes. O departamento de respostas a epidemias e pandemias foi dissolvido e integrado a outros. Muitos profissionais experimentados deixaram seus cargos.

Pesa contra o órgão da ONU, de todo modo, a demora para reconhecer a gravidade da situação. Seus esforços iniciais foram limitados e mal liderados.

O surto agora atingiu proporções tais que já não é mais possível enfrentá-lo de Genebra, cidade suíça sede da OMS. Tornou-se crucial estabelecer um comando central na África Ocidental, com representantes dos países afetados.

Espera-se também maior comprometimento das potências mundiais, sobretudo Estados Unidos, Inglaterra e França, que possuem antigos laços com Libéria, Serra Leoa e Guiné, respectivamente.

A comunidade internacional tem diante de si um desafio enorme, mas é ainda maior a necessidade de agir com rapidez. Nessa batalha global contra o ebola, todo tempo perdido conta a favor da doença.

16) Pelo entendimento global do texto, só **NÃO** é possível inferir que:

- As condições sanitárias e econômicas dos países afetados pelo surto contribuíram para a propagação da doença.
- As proporções atingidas pela doença impedem que essa seja controlada apenas da cidade sede da OMS.
- Como apenas 20% dos recursos da OMS vêm de contribuições voluntárias, a questão financeira é uma grande debilidade.
- O fato de a OMS ter dado mais atenção a doenças crônicas contribuiu para um enfraquecimento dos setores de epidemias e pandemias.
- O número de contaminações vem aumentando nas últimas semanas do período registrado no texto.

17) Ao observar que o texto “Corrida contra o ebola” possui caráter argumentativo, pode-se afirmar que a tese, ou seja, a ideia central apresentada pelo autor, está **MELHOR** explicitada no seguinte fragmento:

- “Já faz seis meses que o atual surto de ebola na África Ocidental despertou a atenção da comunidade internacional” (1º§)
- “mas nada sugere que as medidas até agora adotadas para refrear o avanço da doença tenham sido eficazes” (1º§)
- “quase metade das cerca de 4.000 contaminações registradas neste ano ocorreram nas últimas três semanas” (2º§)
- “O vírus encontrou ambiente propício para se propagar.” (3º§)
- “a Organização Mundial da Saúde foi incapaz de mobilizar com celeridade um contingente expressivo de profissionais para atuar nessas localidades afetadas.” (3º§)

18) A concordância empregada, na primeira oração do texto “Já faz seis meses”, ocorre em função de uma característica linguística do verbo. Essa mesma característica pode ser observada na seguinte opção:

- Organizaram-se reuniões periódicas na empresa.
- Há muitas questões pendentes ainda.
- O encontro ocorreu sem transtorno algum.
- Falhou o projeto e a experiência.
- Espera-se a ajuda do grupo.

19) Na frase “Verdade que uma parcela das debilidades da OMS se explica por problemas financeiros.” (4º§), a construção em destaque ilustra:

- a voz passiva analítica.
- um caso de sujeito indeterminado.
- a voz reflexiva.
- uma oração sem sujeito.
- a voz passiva sintética.

20) O vocábulo destacado em “a Organização Mundial da Saúde foi incapaz de mobilizar com **celeridade** um contingente expressivo de profissionais” (3º§) tem como sinônimo:

- rapidez
- generosidade
- inteligência
- responsabilidade
- cautela

21) A afirmação do diretor do CDC, no segundo parágrafo, em relação ao posicionamento do autor do texto cumpre um papel de:

- retificação
- eufemismo
- enumeração
- contestação
- reafirmação

22) Assinale a opção em que se indica, **INCORRETAMENTE**, o referente do termo em destaque.

- a) “quase US\$ 1 bilhão de seu orçamento bianual” (5º§) – organização
- b) “A agência passou a dar mais ênfase” (6º§) – OMS
- c) “Pesa contra o órgão da ONU” (7º§) – OMS
- d) “Seus esforços iniciais foram limitados” (7º§) – gravidade da situação
- e) “A comunidade tem diante de si” (10º§) – comunidade internacional

23) No trecho “O surto agora atingiu proporções tais **que já não é mais possível enfrentá-lo**”, o conectivo em destaque introduz o valor semântico de:

- a) proporcionalidade
- b) explicação
- c) consequência
- d) comparação
- e) conformidade

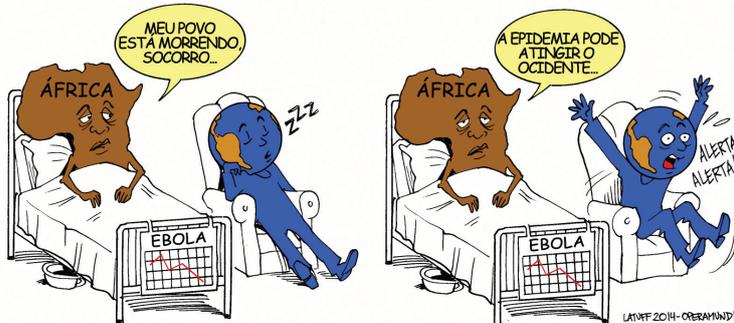
24) Os fragmentos “somente no ano de 2013” (5º§) e “cidade suíça sede da OMS” (8º§) estão marcados por vírgula pois:

- a) são adjuntos adverbiais empregados na ordem inversa.
- b) o primeiro é um adjunto adverbial deslocado e o segundo, um aposto.
- c) são exemplos de apostos com caráter explicativo.
- d) o primeiro é um aposto e o segundo adjunto adverbial deslocado.
- e) ambos são exemplos de adjuntos adnominais deslocados.

25) A função da linguagem predominante no texto “Corrida contra o ebola” é a:

- a) metalinguística
- b) emotiva
- c) fática
- d) referencial
- e) apelativa

#### Texto IV



<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/37597/charge+ebola+causa+c omocao+apos+risco+de+epidemi>

26) Na charge, o continente africano e o mundo foram “personificados”. O comportamento que MELHOR sintetiza a postura inicial do mundo e que justifica sua reação no segundo momento é:

- a) egoísmo
- b) futilidade
- c) euforia
- d) solidariedade
- e) desconfiança

27) Os dois balões de fala presentes no texto apresentam construções verbais que indicam respectivamente:

- a) possibilidade e imperatividade
- b) incerteza e certeza
- c) imperatividade e incerteza
- d) dúvida e certeza
- e) certeza e possibilidade

28) Embora pertençam a gêneros diferentes, os textos “Corrida contra o ebola” e a “charge” podem ser relacionados pois:

- a) apresentam identidade estrutural e, conseqüentemente, temática.
- b) evidenciam posicionamento sobre o tema abordado.
- c) revelam um olhar distanciado e isento sobre problemas considerados crônicos.
- d) exploram o humor para atingir seu objetivo de crítica social.
- e) complementam-se em função de abordagens divergentes sobre um mesmo tema.

Considere as técnicas de redação para correspondências oficiais para responder às questões 29 e 30.

29) Sobre o emprego dos pronomes de tratamento, só **NÃO** é correto afirmar que:

- a) podem fazer referência tanto à segunda pessoa gramatical quanto à terceira.
- b) os verbos que acompanharem tais pronomes devem estar flexionados em terceira pessoa.
- c) não há distinção quanto ao emprego de “Vossa Excelência” ou “Sua Excelência”.
- d) podem ser empregados como parte do vocativo em correspondências oficiais.
- e) os adjetivos que os acompanharem devem concordar com o sexo da pessoa a que se refere.

30) Estão indicadas, corretamente, como partes do documento no Padrão Ofício, sendo exemplos o aviso, o ofício e o memorando, todas as características citadas abaixo **EXCETO**:

- a) tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expedie.
- b) local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita.
- c) assunto: resumo do teor do documento e destinatário: o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação.
- d) texto, fecho e assinatura do autor da comunicação.
- e) identificação do signatário e apresentação de testemunhas.

#### CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

31) Quanto ao Windows 7, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta (de cima para baixo):

- ( ) Sem o *driver* correto, o hardware ou dispositivo não funcionará corretamente no Windows.
  - ( ) Na área de trabalho é permitido que sejam criados diretórios e atalhos.
  - ( ) Com as teclas Shift + Tab pode-se alternar entre os programas ativos no Windows 7.
- a) V - V - V
  - b) V - V - F
  - c) V - F - V
  - d) F - V - V
  - e) F - F - F

32) Recurso do Windows 7, ou do XP, que ajuda a restaurar arquivos do sistema do computador para um ponto anterior no tempo, de tal forma que desfaz as alterações do sistema no computador sem afetar os arquivos pessoais, como email, documentos ou fotos. Identifique o nome técnico denominado pela Microsoft para esse recurso específico do Sistema Operacional Windows:

- a) Reparação do Software Básico.
- b) Reconstrução das Mídias Magnéticas.
- c) Restauração do Sistema.
- d) Reabilitação do Sistema Operacional.
- e) Restabelecimento Operacional.

33) No Painel de Controle do Windows 7 existe o recurso denominado *Windows Update*. A principal funcionalidade desse recurso é de \_\_\_\_\_. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) permitir as atualizações automáticas do Sistema Operacional à medida que estiverem sido disponibilizadas novas implementações pela Microsoft.
- b) atualizar todas as datas dos arquivos e pastas utilizadas desde da última instalação do Sistema Operacional.
- c) para manter a data (*date* em inglês) em constante sincronia com os relógios internacionais, utilizando-se da Internet.
- d) na necessidade de migrar para o Windows XP, ou mesmo para o Windows 8, esse recurso será importante de ser utilizado.
- e) receber periodicamente as informações dos últimos lançamentos da Microsoft que podem impactar na segurança do sistema e o custo de aquisição.

34) Os disco rígidos, que são um dos principais dispositivos para armazenamento de dados, são organizados basicamente em:

- (1) setores.
- (2) cilindros.
- (3) veredas.
- (4) trilhas.

Da relação apresentada estão tecnicamente corretos os itens:

- a) 1, 2 e 3, apenas.
- b) 1, 3 e 4, apenas.
- c) 1, 2 e 4, apenas.
- d) 2, 3 e 4, apenas.
- e) 1, 2, 3 e 4, apenas.

35) Antes de instalarmos um aplicativo existe a necessidade de saber se os dispositivos para armazenamento de dados possuem a capacidade para essa instalação. A capacidade de um disco rígido atual, utilizado em desktops, é da ordem de:

- a) 1YB
- b) 1GB
- c) 1KB
- d) 1TB
- e) 1MB

36) No Windows 7 antes de gravar arquivos em um CD-RW, DVD-RW ou Blu-Ray, é necessário primeiro preparar o disco através de um processo técnico chamado:

- a) registro de mídia.
- b) formatação.
- c) dimensionamento da mídia.
- d) codificação criptográfica.
- e) categorização.

37) Para compartilhar, no Windows 7, os arquivos de pastas com outras pessoas que usam o mesmo computador, ou que usam outros computadores da mesma rede, de forma automática, deve-se utilizar:

- a) o painel Livre.
- b) as listas Comuns.
- c) as pastas Públicas.
- d) as bibliotecas Coletivas.
- e) os arquivos Gerais.

38) Quanto às noções de procedimentos de segurança da informação embutidos no Internet Explorer 9, a proteção antimalware e antiphishing é denominada tecnicamente pela Microsoft de:

- a) acessório *VirusScreen*.
- b) bloqueio *antiSpam*.
- c) trava *VirusMagic*.
- d) *plugin SpamMagic*.
- e) filtro *SmartScreen*.

39) Se no Internet Explorer 9 clicarmos no botão Ferramentas, em seguida clicarmos em Opções da Internet, depois clicarmos no separador Programas e, finalmente, clicarmos em Predefinir, estaremos realizando a ação de:

- a) prognosticar em qual nível de segurança o navegador está naquele momento.
- b) tornar o Internet Explorer 9 o navegador padrão.
- c) determinar que o Internet Explorer 9 estará predefinido na versão atual e não deverá ser atualizado automaticamente.
- d) predefinir a atualização automática de segurança do Internet Explorer 9.
- e) manter o Internet Explorer 9 como padrão para receber e-mails provenientes da internet.

40) Uma caixa de texto é um objeto que permite inserir e digitar um texto em qualquer lugar do documento do Microsoft Office 2010. No Microsoft Excel 2010 para adicionar uma caixa de texto deve-se:

- a) ir na guia Ferramentas, no grupo Texto e clicar em Inserir Caixa.
- b) ir na guia Inserir, no grupo Ferramentas e clicar em Caixa de Texto.
- c) ir na guia Ferramentas, no grupo Texto e clicar em Inserir Dados.
- d) ir na guia Dados, no grupo Ferramentas e clicar em Inserir Dados.
- e) ir na guia Inserir, no grupo Texto e clicar em Caixa de Texto.

41) Quanto ao Microsoft Outlook 2010, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta (de cima para baixo):

- ( ) a versão do Outlook 2010 possui a mesma funcionalidade do Internet Explorer 9 em navegar pelos sites.
  - ( ) O Outlook 2010 não permite configurar para acesso POP3.
  - ( ) Não existe a possibilidade de receber e-mails pelo Outlook 2010 com uma conta do Gmail.
- a) V - V - V
  - b) V - F - F
  - c) V - F - V
  - d) F - F - V
  - e) F - F - F

42) A Barra de Ferramentas de Acesso Rápido do Microsoft Office 2010 vem com comandos previamente estabelecidos que são:

- (1) Desfazer
- (2) Imprimir
- (3) Salvar
- (4) Refazer
- (5) Inserir

Da relação apresentada, por padrão, existem somente os comandos:

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 3 e 4.
- c) 1, 2 e 4.
- d) 2, 3 e 4.
- e) 3, 4 e 5.

- 43) Pode-se ver o que está acontecendo em um documento olhando para as marcas de formatação que o Word 2010 insere automaticamente conforme se digita. Estas marcas sempre estão nos documentos, mas são invisíveis até ativarmos para serem exibidas. Para vermos as marcas de formatação, deve-se ir para a faixa de opções na parte superior da janela e na:
- guia **Exibição**, no grupo **Parágrafo**, clicar no botão **Exibir/Esconder**.
  - guia **Página Inicial**, no grupo **Estilo**, clicar no botão **Mostrar/Ocultar**.
  - guia **Referências**, no grupo **Fonte**, clicar no botão **Exibir/Esconder**.
  - guia **Página Inicial**, no grupo **Parágrafo**, clicar no botão para **Mostrar/Ocultar**.
  - guia **Exibição**, no grupo **Estilo**, clicar no botão **Exibir/Esconder**.

- 44) Com base na planilha do Excel 2010 abaixo assinale a alternativa que apresenta as fórmulas que estão nas células B1, C1 e D1, respectivamente:

	A	B	C	D
1	3	13	5	15

- $=B1-A1+C1$        $=2*A1+7$        $=(B1-A1)/2$
- $=(B1-A1)/2$        $=(B1-A1)/2$        $=2*A1+7$
- $=2*A1+7$        $=B1-A1+C1$        $=(B1-A1)/2$
- $=B1-A1+C1$        $=2*A1+7$        $=B1-A1+C1$
- $=2*A1+7$        $=(B1-A1)/2$        $=B1-A1+C1$

- 45) No pacote Microsoft Office 2010 existe um recurso que possibilita criar elementos gráficos como uma árvore genealógica, como também um organograma, com simples passos. Esse recurso é denominado tecnicamente de:

- SmartDesign*
- WorkDesign*
- SmartArt*
- ArtWork*
- IntelligentWork*

- 46) Quanto à Segurança da Informação identifique a única alternativa que **NÃO** é considerada tecnicamente como um **malware**:

- tripod*
- spyware*
- trojan*
- virus*
- worm*

- 47) Existem vários programas que permitem compactar e descompactar arquivos. O formato de compactação de arquivos mais difundido atualmente pela Internet é o:

- zip
- art
- war
- tar
- xpm

- 48) O antivírus gratuito da Microsoft que oferece proteção quanto a vários softwares maliciosos garantindo proteção em tempo real é o:

- Microsoft Maximum Security.
- Microsoft Complete Safety.
- Microsoft Security Essentials.
- Microsoft Real Security.
- Microsoft Basic Safety.

- 49) Estudo dos princípios e técnicas pelas quais a informação pode ser transformada da sua forma original para outra ilegível, de forma que possa ser conhecida apenas por seu destinatário (detentor da “chave secreta”), o que a torna difícil de ser lida por alguém não autorizado:

- cifras binárias.
- assimetria digital.
- códigos hexadecimais.
- sinais digitais.
- criptografia.

- 50) Quanto às teclas de atalho do Microsoft Word 2010, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta (de cima para baixo):

- para fechar o Microsoft Word 2010 deve-se combinar as seguintes teclas: Alt+F2
  - para salvar quaisquer alterações deve-se combinar as seguintes teclas: Ctrl+T
  - para copiar um texto selecionado deve-se combinar as seguintes teclas: Ctrl+C
- V - V - V
  - V - V - F
  - V - F - V
  - F - F - V
  - F - F - F

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

- 51) O Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 25, reconhecendo como ilícita a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. No julgamento, o STF considerou que o artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal perdeu aplicação prática, uma vez que a prisão nesse caso não decorre do texto constitucional, mas de norma infraconstitucional, que lhe dava aplicação prática. Considerando que esta norma contraria tratado internacional de direitos humanos, de natureza supralegal, não há como persistir com a referida modalidade de prisão civil no ordenamento jurídico. Desta forma, pode-se dizer que o STF entendeu que o artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal é uma norma de:

- Eficácia plena.
- Eficácia contida.
- Eficácia limitada de princípio programático.
- Eficácia limitada de princípio institutivo.
- Eficácia exaurida.

- 52) Nos últimos meses têm sido comuns ofensas de cunho racial serem proferidas durante as práticas desportivas, principalmente no futebol. O caso mais recente envolveu o goleiro de um time paulista, que foi chamado de “macaco” por uma torcedora de um time rival. A respeito deste lamentável acontecimento e de acordo com o que está previsto no texto constitucional, mais especificamente no capítulo “Dos Direitos e das garantias individuais”, pode-se dizer que o crime praticado pela torcedora:

- É imprescritível.
- É inafiançável.
- Está sujeito à pena de reclusão.
- Somente se procede mediante representação da vítima.

**Estão corretas as assertivas:**

- I, II, III e IV.
- I, II e III, apenas.
- Apenas IV.
- I e II, apenas.
- III e IV, apenas.

**53) Sobre o uso de algemas, assinale a alternativa que corresponde aos exatos termos da Súmula Vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema:**

- a) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência, de desobediência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, sendo conservada a prisão ou o ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de desobediência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- d) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência, de desobediência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- e) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, sendo conservada a prisão ou o ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

**54) As assertivas abaixo descritas estão previstas na Constituição Federal como hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma dessas hipóteses constitucionalmente previstas:**

- a) Extradição de brasileiro nato.
- b) Incapacidade civil absoluta.
- c) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- d) Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- e) Improbidade administrativa.

**55) A Constituição Federal, no capítulo “Dos Direitos e das garantias individuais” reconhece a instituição do júri e assegura expressamente em seu texto:**

- a) A plenitude de defesa.
- b) O sigilo das votações.
- c) A soberania dos veredictos.
- d) A competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- e) O duplo grau de jurisdição.

**56) Todos os enunciados abaixo correspondem a fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 1º da Constituição Federal, exceto:**

- a) A Soberania.
- b) A Cidadania.
- c) A Dignidade da pessoa humana.
- d) A Prevalência dos direitos humanos.
- e) O Pluralismo político.

**57) Suponha que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, visando fomentar o turismo, resolva criar um novo Município na Região dos Lagos por intermédio da fusão dos Municípios de Saquarema, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Armação dos Búzios. Além dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, a Constituição exige para criação desse novo Município:**

- a) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- b) Lei municipal, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- c) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, bem como consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- d) Lei municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, bem como consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos.
- e) Lei estadual, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, bem como consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos.

**58) Suponha que um Vereador de um Município localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro apresente um projeto de lei que cria a obrigatoriedade de os veículos ostentarem placas fluorescentes. Na justificativa, o vereador afirma que isso facilitaria a visibilidade nos momentos de neblina, tão comum naquela região. A respeito deste projeto, pode-se dizer que é:**

- a) Inconstitucional, por vício de competência legislativa.
- b) Constitucional, eis que cabe ao Município legislar sobre assunto de interesse local.
- c) Inconstitucional, pois cabe ao Prefeito Municipal a iniciativa de tal projeto de lei.
- d) Constitucional, em obediência ao princípio da igualdade.
- e) Inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre concorrência.

**59) Em dezembro de 2013, a imprensa esportiva esteve dividida em relação a uma decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Na ocasião, a Portuguesa de Desportos perdeu pontos no Campeonato Brasileiro de Futebol, em razão da escalação irregular de um jogador, o que resultou no seu rebaixamento à Série B do referido campeonato. Inconformada com tal decisão, a Portuguesa de Desportos adotou algumas medidas visando a permanecer na Série A do Campeonato Brasileiro. Sobre o assunto, analise as assertivas abaixo:**

- I. A Justiça Desportiva, assim como a Justiça do Trabalho, a Justiça Eleitoral e a Justiça Militar, constitui espécie de justiça especializada e integrante do Poder Judiciário, razão pela qual a Portuguesa de Desportos não poderia ingressar com ação na Justiça Comum, pois, nesse caso, a competência é apurada de acordo com a matéria.
- II. A Portuguesa de Desportos poderia, desde logo, ter proposto ação na Justiça Comum, uma vez que não se pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito.
- III. O Poder Judiciário só admite ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da Justiça Desportiva. Portanto, somente após a resposta negativa da Justiça Desportiva poderia a Portuguesa de Desportos ingressar na Justiça Comum.

**Está(ão) correto(s) o(s) enunciado(s):**

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) Apenas I.
- d) Apenas II.
- e) Apenas III.

60) Segundo dispõe a Constituição Federal, ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será realizada:

- a) Noventa dias depois da última vacância, pela Câmara dos Deputados, na forma da lei.
- b) Noventa dias depois da última vacância, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- c) Sessenta dias depois da última vacância, pelo Senado Federal, na forma da lei.
- d) Trinta dias depois da última vacância, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- e) Trinta dias depois da última vacância, pelo Câmara dos Deputados, na forma da lei.

61) Suponha que, atendendo às reivindicações ocorridas nos protestos de junho de 2013, os parlamentares se reúnam e resolvam tornar mais hígido e probo o processo eleitoral para as eleições de 2016. Para tanto, eles apresentam um projeto que cria novas hipóteses de inelegibilidade, não abarcadas pela Lei da Ficha Limpa. Este projeto deverá ser apresentado nos moldes de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Lei Complementar.
- c) Lei ordinária.
- d) Medida provisória.
- e) Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

62) A Constituição Federal, no capítulo “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, assegura a gratuidade dos transportes coletivos urbanos para os:

- a) Maiores de sessenta e cinco anos, independentemente do sexo.
- b) Maiores de sessenta anos, independentemente do sexo.
- c) Homens maiores de sessenta e cinco anos e as mulheres maiores de sessenta anos.
- d) Homens maiores de sessenta anos e as mulheres maiores de cinquenta e cinco anos.
- e) Maiores de cinquenta e cinco anos, independentemente do sexo.

63) Assinale a alternativa em que ambos os ecossistemas descritos são considerados patrimônio nacional pelo texto da Constituição Federal:

- a) A Mata Atlântica e a Chapada da Diamantina.
- b) O Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- c) A Serra do Mar e as Cataratas do Iguaçu.
- d) Os Pampas Gaúchos e o Cerrado.
- e) A Floresta Amazônica brasileira e a Serra da Canastra.

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

64) Suponha que determinado Município, por intermédio de uma lei, divida o seu território em áreas comerciais, áreas residenciais e áreas mistas, compostas estas de comércios e residências. Em uma das áreas comerciais, passa a funcionar uma oficina mecânica, obtendo a respectiva licença municipal. Posteriormente, uma nova lei municipal transforma esta área comercial em mista e impede que sejam instaladas novas oficinas mecânicas, consignando em seu texto que não admite dois estabelecimentos daquele ramo na mesma área, em virtude da existência de residências nas proximidades. De acordo com o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, pode-se dizer que essa nova lei municipal é:

- a) Constitucional, pois cabe ao Município legislar sobre assunto de interesse local.
- b) Inconstitucional, porque cria restrição ao direito de propriedade, que é absoluto.
- c) Constitucional, eis que cumpre a função social estabelecida na política urbana.
- d) Inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre concorrência.
- e) Constitucional, em obediência ao princípio ambiental da precaução.

65) Sobre a Reestruturação do Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, levada a efeito pela Lei Estadual nº 3.586/01, será exigido o diploma de curso superior por ocasião da posse nas seguintes carreiras, exceto:

- a) De Oficial de Polícia.
- b) De Engenheiro Policial de Telecomunicações.
- c) De Inspetor de Polícia.
- d) De Oficial de Cartório Policial.
- e) De Papiloscopista Policial.

66) De acordo com o Regime Jurídico peculiar aos funcionários civis do serviço policial do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, regulado pelo Decreto-Lei nº 218/75, e com base no Regulamento do Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 3.044/80, na aplicação da pena disciplinar serão consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes. Assinale a alternativa que NAO corresponde a uma circunstância agravante prevista nos citados referenciais normativos:

- a) Prática simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões.
- b) Reincidência.
- c) Má conduta fora do horário de serviço.
- d) Ser praticada a transgressão em conluio por duas ou mais pessoas, durante a execução do serviço, em presença de subordinados ou em público.
- e) Ter sido praticada a transgressão com premeditação ou com abuso de autoridade hierárquica ou funcional.

67) Segundo a lei do mandado de segurança (Lei Federal nº 12.016/09) e de acordo com o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, é cabível mandado de segurança contra:

- a) Decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- b) Ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- c) Decisão judicial transitada em julgado.
- d) Ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- e) Lei em tese.

68) As assertivas abaixo descritas são hipóteses em que há dispensa de licitação, conforme prevê o artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, com exceção de:

- a) Contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- b) Compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- c) Compras de materiais de uso das Polícias Civis e Militares dos Estados, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.
- d) Contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.
- e) Contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

69) Analise as assertivas abaixo, que dizem respeito a atos de improbidade administrativa previstos na Lei Federal nº 8.429/92:

- I. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- II. Exercer atividade de consultoria para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- III. Ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

**Assinale a alternativa que corresponde respectivamente à espécie de improbidade administrativa descrita na referida Lei:**

- a) I - Prejuízo ao Erário; II - Atentatório aos Princípios da Administração; III - Enriquecimento Ilícito.
- b) I - Prejuízo ao Erário; II - Enriquecimento ilícito; III - Atentatório aos Princípios da Administração.
- c) I - Enriquecimento Ilícito; II - Prejuízo ao Erário; III - Atentatório aos Princípios da Administração.
- d) I - Atentatório aos Princípios da Administração; II - Enriquecimento Ilícito; III - Prejuízo ao Erário.
- e) I - Atentatório aos Princípios da Administração; II - Prejuízo ao Erário; III - Enriquecimento Ilícito.

70) Segundo o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, os conselhos de fiscalização profissional possuem natureza jurídica de:

- a) Organização Social.
- b) Empresa Pública.
- c) Consórcio Público.
- d) Entidade paraestatal.
- e) Autarquia.

71) Assinale a alternativa **incorreta** acerca dos vícios de nulidade contidos nos elementos do ato administrativo:

- a) A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- b) A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei em sentido estrito.
- c) A inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- d) O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- e) O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.

72) Suponha que determinado Município do Estado do Rio de Janeiro, após elaborar a sua lei orçamentária, destine determinada verba para construção de uma praça pública. Para iniciar o projeto, o referido Município realiza licitação para a poda e limpeza de árvores e plantas no terreno público. Uma empresa sagra-se vencedora e o certame é homologado, sendo celebrado contrato administrativo com o Município. Após a empresa contratada terminar a limpeza e poda do terreno, enquanto ainda não havia sido efetuado o pagamento pelo serviço, sobrevém uma terrível enchente que desabriga parte dos munícipes. Em razão disso, o Município interrompe algumas obras que estavam em andamento, inclusive a construção da referida praça pública. Fundamentou o Administrador Público que foi obrigado a interromper alguns gastos com a finalidade de construir novas moradias para a população desabrigada pela enchente. Levando em conta os fatos narrados e de acordo com o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Município deverá anular o referido contrato administrativo, pois a despesa se tornou ilegal, porém, deverá arcar com o serviço de poda e limpeza da praça, pois este já foi realizado e gerou direito adquirido para a empresa contratada.
- b) O Município deverá anular o referido contrato administrativo, pois a despesa se tornou ilegal, não devendo arcar com o serviço de poda e limpeza da praça, pois não se originam direitos de um ato ilegal.
- c) O Município deverá revogar o referido contrato administrativo, pois ele se tornou inconveniente e inoportuno, porém, deverá arcar com o serviço de poda e limpeza da praça, pois este já foi realizado e gerou direito adquirido para a empresa contratada.
- d) O Município deverá revogar o referido contrato administrativo, pois ele se tornou inconveniente e inoportuno, não devendo arcar com o serviço de poda e limpeza da praça, pois a Administração Pública deve estabelecer prioridades e reserva de gastos.
- e) O Município poderá convalidar o referido contrato administrativo, com a finalidade de preservar o direito adquirido pela empresa prestadora do serviço de poda e limpeza da praça, uma vez que ela agiu de boa fé.

73) Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de responsabilização civil do Estado em caso de prisão preventiva de acusado que, ao final da ação penal, venha a ser absolvido, assinale a alternativa **correta**:

- a) Pode ser reconhecida, pois nesse caso há presunção de erro judiciário, o que enseja a responsabilização do Estado, cabendo ação de regresso contra o magistrado, caso este tenha agido com dolo ou culpa.
- b) Pode ser reconhecida, pois nesse caso a situação é análoga ao excesso de prazo na prisão cautelar, o que enseja a responsabilização do Estado, sem, contudo, responsabilizar subjetivamente o magistrado.
- c) Pode ser reconhecida, pois nesse caso a situação é análoga à prisão por excesso de prazo, cabendo ação de regresso contra o magistrado, caso este tenha agido com dolo ou culpa.
- d) Não pode ser reconhecida, pois nesse caso a responsabilidade é pessoal do juiz pelo erro judiciário e, sendo ele um agente público, responderá caso tenha agido com dolo ou culpa.
- e) Não pode ser reconhecida, pois interpretação diversa violaria o princípio do livre convencimento do juiz, salvo nos casos em que este proceda com dolo, situação em que caberá a sua responsabilização pessoal.

74) Assinale a alternativa que corresponde às exatas características do exercício do poder de polícia administrativo:

- a) A generalidade do comando não gera direito de indenização em favor do particular.
- b) Deve-se recorrer ao Judiciário previamente à prática do ato.
- c) Visa a repressão de ilícitos penais.
- d) Incide somente sobre pessoas.
- e) É custeado por impostos.

75) Segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, os juros compensatórios na desapropriação indireta incidem:

- a) A partir da imissão na posse.
- b) A partir da ocupação.
- c) A partir da citação válida.
- d) Após a sentença de primeiro grau.
- e) Desde o trânsito em julgado da sentença.

## DIREITO PENAL

76) Suponha que um indivíduo primário, de bons antecedentes e não dedicado a atividades criminosas tenha praticado um tráfico ilícito de entorpecentes no mês de julho de 2006, quando estava em vigor a Lei nº 6.368/76, que previa a pena de reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos para o referido delito. Na data de seu julgamento já vigora a Lei nº 11.343/06, que prevê, para o referido crime, pena de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e uma causa de diminuição de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) para o agente primário, de bons antecedentes, que não se dedique a atividades criminosas e que não integre organização criminosa. Levando em consideração a situação hipotética narrada e o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta em relação à aplicação da lei penal neste caso:

- a) É incabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06, mesmo que mais benéfica ao réu, pois o fato ocorreu quando estava em vigor a Lei nº 6.368/76.
- b) É cabível a aplicação da pena prevista na Lei nº 6.368/76, com incidência da causa de diminuição prevista na Lei nº 11.343/06, pois o julgador deve alcançar o maior benefício para o réu.
- c) É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei nº 6.368/76, sendo vedada a combinação de leis penais.
- d) É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06, desde que o réu não possua contra si inquéritos policiais e ações penais em curso, pois isso lhe retiraria a primariedade e os bons antecedentes.
- e) É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11.343/06, ainda que mais prejudicial ao réu, pois a função do Direito Penal é conferir maior rigor punitivo naquelas infrações que a Constituição Federal considera equiparadas às hediondas.

77) Segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, o aplicador da lei penal deve seguir alguns requisitos para aplicação do princípio da insignificância. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um desses requisitos:

- a) Mínima ofensividade da conduta do agente.
- b) Inexpressividade da lesão jurídica causada.
- c) Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente.
- d) Ausência de periculosidade social da ação.
- e) Estar o crime inserido no título “Dos Crimes contra o Patrimônio” do Código Penal.

78) Acerca da prescrição, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

- a) É admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- c) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- d) A prescrição penal é aplicável às medidas socioeducativas impostas aos adolescentes infratores.
- e) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo de pena cominada em abstrato no tipo penal incriminador.

79) Aponte a alternativa que corresponde a um crime previsto no rol dos Crimes Hediondos do artigo 1º da Lei nº 8.072/90:

- a) Roubo com uso de arma de fogo (artigo 157, §2º, inciso I, do Código Penal).
- b) Extorsão praticada com restrição de liberdade da vítima (artigo 158, §3º, do Código Penal).
- c) Homicídio simples (artigo 121, “caput”, do Código Penal).
- d) Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º, do Código Penal).
- e) Associação criminosa (artigo 288 do Código Penal).

80) Segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, o delito de corrupção de menores, previsto no artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) É crime material e depende de prova da efetiva corrupção do menor.
- b) É crime formal e depende de prova da efetiva corrupção do menor.
- c) É crime de mera conduta e independe de prova da efetiva corrupção do menor.
- d) É crime formal e independe de prova da efetiva corrupção do menor.
- e) É crime material e independe de prova da efetiva corrupção do menor.

81) Todos os enunciados abaixo correspondem a causas que aumentam a pena de um terço à metade do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, exceto:

- a) Não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação.
- b) Transitar em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).
- c) Praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada.
- d) Deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente.
- e) Praticá-lo no exercício de profissão ou atividade de condutor de veículo de transporte de passageiros.

82) Segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, aquele que expõe à venda CDs e DVDs piratas pratica:

- a) Crime de violação de direito autoral, previsto no art. 184, §2º, do Código Penal.
- b) Contravenção Penal de exercício irregular da profissão, prevista no artigo 47 da Lei de Contravenções Penais.
- c) Crime de concorrência desleal, previsto no artigo 195, da Lei nº 9.279/96.
- d) Crime contra as relações de consumo, previsto no artigo 7º da Lei nº 8.137/90.
- e) Não pratica crime algum, pois a conduta caracteriza livre exercício de trabalho ou profissão.

**83) Acerca do crime de furto privilegiado, assinale a alternativa que corresponde ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:**

- a) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal apenas nos casos de crime de furto simples, se estiverem presentes a primariedade do agente e o pequeno valor da coisa.
- b) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.
- c) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal apenas nos casos de crime de furto simples, sendo a coisa de pequeno valor, independentemente da primariedade do agente.
- d) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem subjetiva.
- e) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal nos casos de crime de furto qualificado, sendo a coisa de pequeno valor, independentemente da primariedade do agente e da característica da qualificadora.

**84) Segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, a aplicação da causa de diminuição de pena no crime de tráfico ilícito de entorpecentes, pelo fato de o agente ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas e não integrar organização criminosa, previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006:**

- a) Transforma o crime em infração de menor potencial ofensivo.
- b) Torna o crime afiançável, podendo a fiança ser arbitrada pelo Delegado de Polícia.
- c) Torna o crime suscetível de anistia, graça e indulto.
- d) Faz com que a pena do crime seja cumprida integralmente em regime fechado.
- e) Não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.

**85) No crime de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa, previsto no artigo 2º da Lei nº 12.850/2013, são circunstâncias que aumentam a pena de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), exceto:**

- a) A participação de criança ou adolescente.
- b) O concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.
- c) O produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao financiamento de campanha eleitoral.
- d) A organização criminosa que mantiver conexão com outras organizações criminosas independentes.
- e) As circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.

**86) A respeito do crime de roubo, considere as seguintes assertivas:**

- I. O aumento da pena na terceira fase de dosagem, em relação ao crime de roubo circunstanciado, exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.
- II. É possível aplicar, no furto qualificado pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
- III. Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

**Estão corretas apenas as assertivas:**

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Apenas I.

**87) A respeito das penas, assinale a alternativa que NÃO corresponde ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:**

- a) Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu independe de prova por documento hábil.
- b) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos, se favoráveis as circunstâncias judiciais.
- c) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- d) A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- e) Cominadas cumulativamente, em lei especial, pena privativa de liberdade e pena pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa.

**88) Suponha que um determinado indivíduo vá até uma padaria e, utilizando uma cópia grosseira de uma nota de R\$ 10,00 (dez reais), consiga comprar pães, causando prejuízo ao referido estabelecimento. Este indivíduo praticou:**

- a) Crime de petrechos para falsificação de moeda e será julgado pela Justiça Federal.
- b) Crime de moeda falsa e será julgado pela Justiça Federal.
- c) Crime de estelionato e será julgado pela Justiça Estadual.
- d) Crime de falsificação de papéis públicos e será julgado pela Justiça Estadual.
- e) Crime contra o Sistema Financeiro Nacional e será julgado pela Justiça Federal.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**89) A respeito da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta e conforme o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:**

- a) Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído a empresa privada.
- b) Compete à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.
- c) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime de estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, mesmo quando ocorrente lesão à Autarquia Federal.
- d) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, independentemente de estar relacionado com o exercício da função.
- e) Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

90) Segundo dispõe o Código de Processo Penal, a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, deverá adotar algumas providências. A respeito do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- b) A autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- c) A autoridade policial deverá averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuírem para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- d) A autoridade policial deverá ordenar a identificação criminal do indiciado pelo processo dactiloscópico, independentemente de ele possuir documento de identificação civil.
- e) A autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

91) Acerca das hipóteses que autorizam a prisão preventiva, analise as assertivas abaixo:

- I. Será admitida a prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- II. Será admitida a prisão preventiva se o agente for reincidente por outro crime doloso.
- III. Será admitida a prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- IV. Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e III, apenas.

92) Segundo dispõe o Código de Processo Penal, em algumas hipóteses previstas em lei poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar. A respeito do tema, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma dessas hipóteses:

- a) Acidentado em razão da prática do fato criminoso.
- b) Extremamente debilitado por motivo de doença grave.
- c) Imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- d) Gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.
- e) Maior de 80 (oitenta) anos.

93) A respeito do Exame de Corpo de Delito e das Perícias em Geral, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial e a parte indicar mais de um assistente técnico.
- b) Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.
- c) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- d) Os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, não se estendendo tal incumbência aos peritos não oficiais.
- e) O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

94) No que se refere à prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um crime em que é autorizada a referida medida:

- a) Epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).
- b) Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, do Código Penal).
- c) Envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285, do Código Penal).
- d) Genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas.
- e) Crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986).

95) A respeito da suspensão do processo e das condições impostas no período de prova ao acusado, previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta:

- a) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz marcará audiência com o réu para analisar se é o caso de extinguir a punibilidade.
- b) A suspensão será obrigatoriamente revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- c) A prescrição será interrompida durante o prazo de suspensão do processo.
- d) O Juiz não poderá especificar outras condições que a fica subordinada a suspensão além daquelas previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/95.
- e) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

96) A respeito das nulidades processuais, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde ao entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal:

- a) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, sendo que a deficiência de defesa também anulará o processo, independentemente de haver prejuízo para o réu.
- b) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- c) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.
- d) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
- e) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.

97) Segundo dispõe a Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, algumas medidas protetivas de urgência. Correspondem a medidas protetivas previstas na referida lei, com **exceção** de:

- a) Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente.
- b) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- c) Proibição de frequentar determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- d) Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- e) Prestação de alimentos provisórios ou definitivos à ofendida.

98) Sobre a Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, assinale a alternativa **correta**:

- a) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica e essenciais, porém, não exclusivas de Estado.
- b) Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal somente por meio de inquérito policial, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- c) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia representar ao juiz para a realização de perícias, obtenção de informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- d) A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.
- e) Em nenhuma hipótese, o inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico.

99) Conforme prevê a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), são direitos do agente infiltrado:

- a) Praticar crimes no curso da investigação, mesmo quando exigível conduta diversa.
- b) Ter seu nome, sua qualificação, sua imagem, sua voz e demais informações pessoais preservadas durante a investigação e o processo criminal, salvo se houver decisão judicial em contrário.
- c) Fazer cessar a atuação infiltrada por meio de decisão judicial autorizadora, sendo vedado ao agente recusar a atuação.
- d) Guardar a devida proporcionalidade na sua atuação com a finalidade da investigação, não respondendo pelos excessos praticados.
- e) Não ter sua identidade revelada, podendo, todavia, ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação independentemente da sua autorização, para que possa ser garantida a liberdade de imprensa.

100) Segundo a Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), o juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais resultados. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a um dos resultados previstos na referida lei:

- a) A recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa.
- b) A identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.
- c) A localização de eventual vítima, estando ou não com a sua integridade física preservada.
- d) A prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- e) A revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.

